

Build the
through

FUTURE

SUSTAINABLE

POWER.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 2026 – A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Enel Distribuição Rio” ou “Companhia”) anuncia os seus resultados do segundo trimestre (“2T26”) e do primeiro semestre (“6M26”) de 2026. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas de acordo com a legislação brasileira aplicável e vigente.

DESTAQUES

- + 21,8% e +28,4% na Margem Bruta no 2T e 6M 2026 vs. ano anterior
- + 21,3% e +10,8% no EBITDA no 2T e 6M 2026 vs. ano anterior
- Investimentos totalizaram R\$ 439,6 milhões no 2T26 e R\$ 879,1 milhões no 6M26 (+29,0% e +34,3% vs ano anterior)
- + 1,50 p.p em Arrecadação em Jun/2026 versus Jun/2025 (LTM), atingindo 97,41%
- Incremento de +30,4% nos colaboradores próprios e de +9,1% nos colaboradores terceirizados, com um total de +1.560 pessoas, retificando o compromisso assumido pela empresa de melhoria contínua da qualidade do serviço e resiliência da rede.

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Líquida (R\$ mil)	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%
Margem Bruta (R\$ mil)	820.562	673.498	21,8%	1.750.758	1.363.903	28,4%
Custos e despesas gerenciáveis (R\$ mil)	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
EBITDA (1) (R\$ mil)	398.589	328.573	21,3%	900.396	812.871	10,8%
Margem EBITDA (%)	15,84%	14,54%	1,30 p.p	17,37%	17,80%	-43,0%
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
Lucro Líquido (R\$ mil)	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.560)	<-100,0%
Margem Líquida (%)	-2,44%	-2,98%	0,54 p.p	0,93%	-0,38%	1,31 p.p
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)	2.956	2.916	1,4%	6.119	6.191	-1,2%
CAPEX (R\$ mil)	439.635	340.685	29,0%	879.094	654.777	34,3%
Dívida Líquida (R\$ mil)	5.044.474	4.647.333	8,5%	5.044.474	4.647.333	8,5%
DEC (12 meses)*	8,07	7,84	3,0%	8,07	7,84	3,0%
FEC (12 meses)*	4,03	4,56	-20,0%	4,03	4,56	-20,0%
Índice de Arrecadação (12 meses)	97,41%	95,91%	1,50 p.p	97,41%	95,91%	1,50 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	26,04%	25,84%	0,20 p.p	26,04%	25,84%	0,20 p.p
PMSO (1) / Consumidores Efetivos Faturados	35,41	49,68	-30,0%	94,67	82,85	14,5%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

Prorrogação da Concessão

Em 21 de junho de 2024, foi publicado o Decreto 12.068/2024, que estabelece as diretrizes para prorrogação das concessões de distribuição com vencimento entre 2025 e 2031. O Decreto definiu os critérios de elegibilidade para a prorrogação do contrato, além de estabelecer diretrizes do novo contrato de concessão. Em 25 de fevereiro de 2025, a ANEEL aprovou a minuta do contrato de concessão. Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou na ANEEL o pedido formal de antecipação da prorrogação da sua concessão pelo prazo de 30 anos, de acordo com o disposto no referido Decreto. Em 19 de agosto de 2025, por meio do Despacho nº 2.485/2025, a Diretoria Colegiada da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (MME) a prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição da Enel Distribuição Rio (de acordo com a decisão da ANEEL, a empresa cumpriu os critérios estabelecidos no Decreto nº 12.068/2024). O processo de prorrogação encontra-se aguardando tramitação perante o MME.

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Enel Distribuição Rio fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.615 km², o que corresponde, aproximadamente, a 75% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 3,1 milhões de consumidores e envolve uma população estimada de aproximadamente 6,5 milhões de habitantes¹.

DADOS GERAIS*

	2T26	2T25	Var. %
Linhas de Distribuição (Km)	59.751	59.276	0,8%
Linhas de Transmissão (Km)	3.764	3.764	-
Subestações (Unid.)	128	129	-0,8%
Volume de Energia 12 meses (GWh)	11.435	12.055	-5,1%
Marketshare no Brasil - Nº de Clientes (2)	3,40%	3,37%	0,03 p.p
Marketshare no Brasil - Volume de Energia (3)	2,01%	2,14%	-0,13 p.p

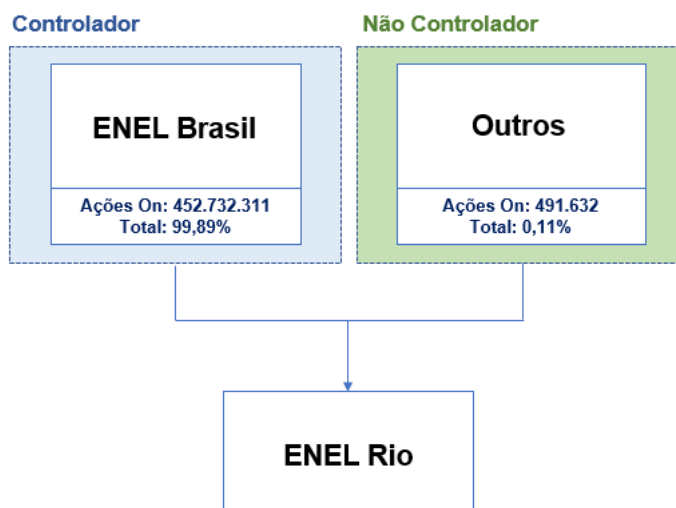
(2) Estimativa do número de consumidores Brasil de acordo com a ABRADEE

(3) Estimativa do volume de energia Brasil de acordo com a EPE



Organograma Societário Simplificado

Posição em 30 de junho de 2026



* Valores não auditados pelos auditores independentes. Dados operacionais prévios referente ao 2T26.

¹ Número de Habitantes de acordo com o último censo realizado em 2022 pelo IBGE.

3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Mercado Cativo	3.115.858	3.091.771	0,8%	3.115.858	3.091.771	0,8%
Residencial - Convencional	2.353.169	2.268.030	3,8%	2.353.169	2.268.030	3,8%
Residencial - Baixa Renda	529.587	595.571	-11,1%	529.587	595.571	-11,1%
Industrial	3.085	3.077	0,3%	3.085	3.077	0,3%
Comercial	145.794	140.919	3,5%	145.794	140.919	3,5%
Rural	63.585	63.976	-0,6%	63.585	63.976	-0,6%
Setor Público	20.638	20.198	2,2%	20.638	20.198	2,2%
Clientes Livres	4.805	4.153	15,7%	4.805	4.153	15,7%
Industrial	601	500	20,2%	601	500	20,2%
Comercial	3.761	3.253	15,6%	3.761	3.253	15,6%
Rural	39	38	2,6%	39	38	2,6%
Setor Público	383	352	8,8%	383	352	8,8%
Residencial	21	10	>100,0%	21	10	>100,0%
Revenda	12	13	-7,7%	12	13	-7,7%
Subtotal - Consumidores Efetivos Faturados	3.120.675	3.095.937	0,8%	3.120.675	3.095.937	0,8%
Consumo Próprio	944	925	2,1%	944	925	2,1%
Total - Número de Consumidores	3.121.619	3.096.862	0,8%	3.120.675	3.095.937	0,8%

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

O número de consumidores efetivos faturados no mercado cativo registrou um aumento de 0,8% quando comparado ao mesmo período no ano anterior, reflexo especialmente do aumento no segmento residencial convencional, impulsionado pelo crescimento orgânico, além da migração de clientes do segmento residencial baixa renda.

A queda observada na classe residencial baixa renda está relacionada ao descadastramento de clientes após o processo de revisão cadastral realizado pelo Governo Federal. A iniciativa cruza informações do CadÚnico com outras bases de dados federais para identificar inconsistências cadastrais. Quando os dados não são confirmados ou atualizados pelos beneficiários, eles deixam de atender aos critérios para enquadramento na tarifa social de baixa renda.

Já os clientes livres, continuaram com a tendência de crescimento, com aumento de 15,7% no período, refletindo a migração de clientes do mercado cativo, que se intensificou após a abertura do mercado livre para os clientes do Grupo A, a partir de janeiro de 2024.

Venda e Transporte de Energia na Área de Concessão

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Mercado Cativo	1.784	1.795	-0,6%	3.793	3.964	-4,3%
Clientes Livres	1.058	1.009	4,9%	2.101	2.003	4,9%
Revenda	106	104	1,9%	208	206	1,0%
Consumo Próprio	8	8	-	17	17	-
Total - Venda e Transporte de Energia	2.956	2.916	1,4%	6.119	6.191	-1,2%

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Residencial - Convencional	982	935	5,0%	2.131	2.078	2,6%
Residencial - Baixa Renda	250	277	-9,7%	538	658	-18,2%
Industrial	18	22	-18,2%	34	48	-29,2%
Comercial	256	270	-5,2%	534	588	-9,2%
Rural	29	30	-3,3%	60	65	-7,7%
Setor Público	249	260	-4,2%	496	527	-5,9%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	1.784	1.795	-0,6%	3.793	3.964	-4,3%

O total de venda de energia no mercado cativo permaneceu estável no trimestre comparado ao mesmo período do ano anterior, com crescimento na classe residencial convencional impulsionado por temperaturas levemente

superiores ao mesmo período do ano anterior. Já a classe residencial baixa renda apresentou retração no consumo, relacionado à redução do número de clientes em tal classe.

Para as demais classes, a redução observada decorre do efeito da migração para o mercado livre.

No acumulado do ano, o consumo do mercado cativo apresentou retração de 4,3% versus o ano anterior, influenciado por temperaturas mais amenas, que impactam especialmente as classes residencial e comercial, além do efeito da migração para o mercado livre.

Destaca-se que o aumento da geração distribuída também impactou negativamente o consumo do mercado cativo como um todo.

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Industrial	567	556	2,0%	1.107	1.086	1,9%
Comercial	346	317	9,1%	695	643	8,1%
Rural	28	29	-3,4%	59	58	1,7%
Setor Público	114	106	7,5%	236	214	10,3%
Residencial	2	2	-	4	3	33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	1.058	1.009	4,9%	2.101	2.003	4,9%

(1) Desconsiderando Receita de Construção e Atualização do Ativo Financeiro da Concessão;

O consumo de energia para o mercado livre apresentou um aumento de 4,9% tanto no trimestre quanto no acumulado do ano comparado ao mesmo período do ano passado em praticamente todas as classes de consumo, em razão principalmente do crescimento do número de clientes, impulsionada pela migração para o mercado livre, que permanece em constante crescimento.

Na classe comercial, o aumento do consumo é derivado principalmente pelo aumento do consumo em condomínios e varejo. Já na classe industrial, os setores de borracha e plástico e petróleo e gás se destacam no período.

Compra de Energia*

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Itaipu	439	454	-3,3%	874	903	-3,2%
Angra I e II	45	92	-51,1%	97	183	-47,0%
PROINFA	42	39	7,7%	83	86	-3,5%
Leilão e Quotas	2.382	2.498	-4,6%	4.975	5.078	-2,0%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.908	3.083	-5,7%	6.028	6.250	-3,6%
Liquidação na CCEE	(183)	(446)	-59,0%	(6)	(63)	-90,5%
Total - Compra de Energia	2.724	2.637	3,3%	6.022	6.187	-2,7%

Balanço de Energia*

BALANÇO DE ENERGIA

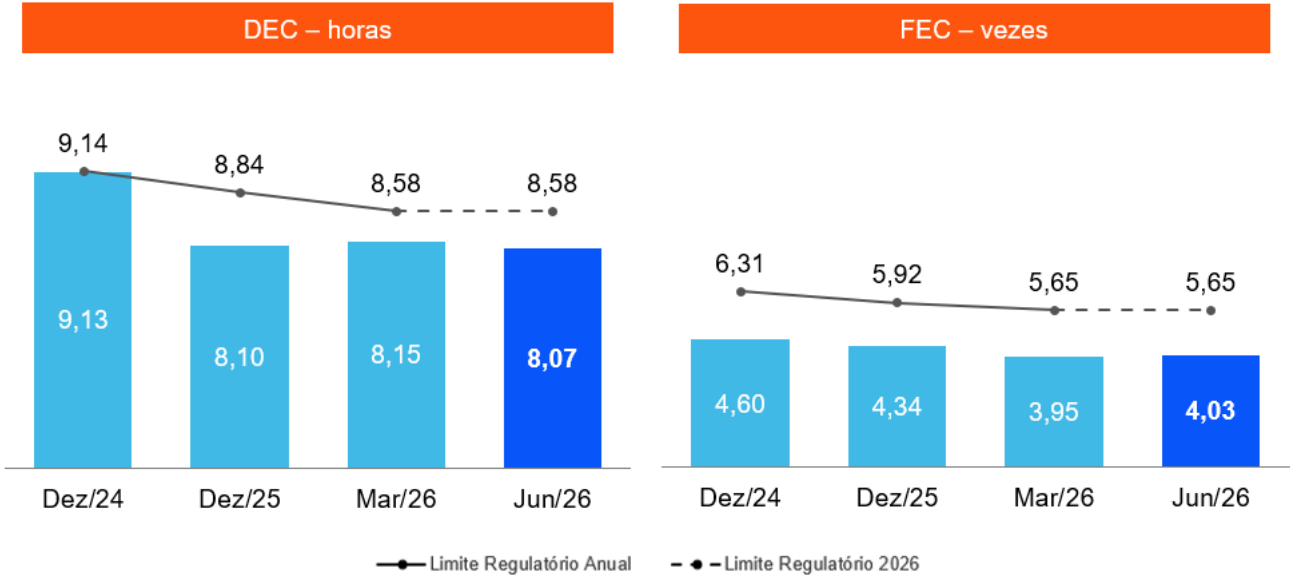
	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Energia requerida (GWh)	4.044	3.855	4,9%	8.709	8.709	-
Energia fornecida (GWh)	3.120	3.033	2,9%	6.502	6.484	0,3%
Mercado Cativo	1.983	1.947	1,8%	4.248	4.330	-1,9%
Mercado Livre	1.137	1.085	4,8%	2.254	2.154	4,6%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	925	822	12,5%	2.207	2.225	-0,8%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	22,86%	21,33%	1,53 p.p	25,34%	25,55%	-0,21 p.p

(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

* Dados operacionais prévios referente ao 2T26.

4 INDICADORES OPERACIONAIS

Qualidade do Fornecimento³



Os indicadores DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora) medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Companhia.

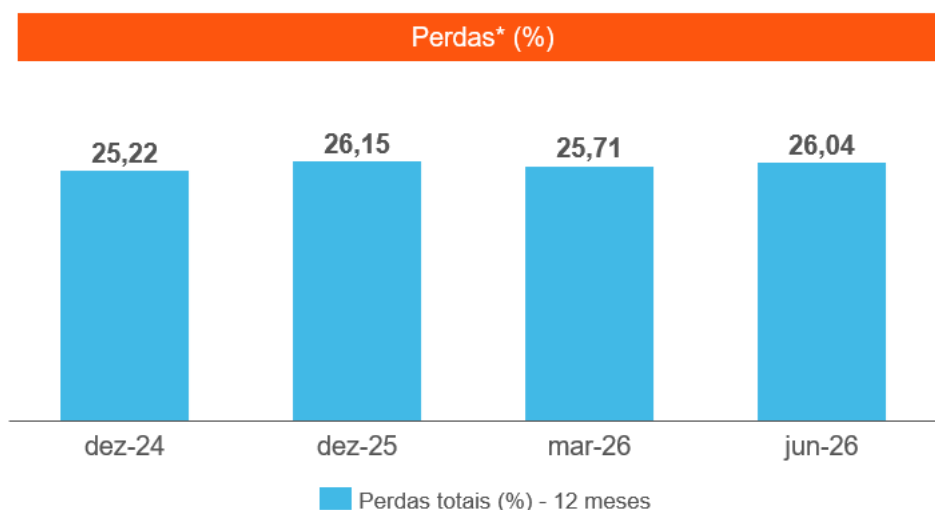
Considerando os últimos 12 meses (LTM), o indicador DEC atingiu 8,07 horas em junho/2026, seguindo a tendência de redução observada desde 2024. Já o FEC ficou em 4,03x no mesmo período, também com tendência de redução ao longo dos anos.

Esses resultados refletem, principalmente, as iniciativas da Companhia voltadas para melhoria da qualidade dos serviços, que englobam:

- Digitalização da rede, por meio da ampliação dos equipamentos de telecontrole, aumentando a automação e reduzindo o tempo de recomposição do sistema;
- Substituição e modernização de cabos de Média e Alta Tensão, elevando a confiabilidade da rede elétrica;
- Plano de melhoria do TMAE (Tempo Médio de Atendimento), com foco na redução do tempo de restabelecimento;
- Projeto de primarização das equipes de emergência, poda e manutenção, proporcionando maior agilidade e eficiência operacional;
- Ampliação das ações preventivas, incluindo podas, lavagem de rede, inspeções e manutenções preventivas, reduzindo a incidência de falhas e aumentando a confiabilidade do fornecimento.

³ Dados operacionais prévios, sujeitos à alterações posteriores.

Disciplina de Mercado⁴



*Os indicadores de perdas apresentados foram calculados considerando a metodologia que reflete a mudança regulatória proposta pela ANEEL no Despacho ANEEL nº 684/2025, incorporando os resultados da Consulta Pública nº 09/2024, que dentre outras alterações, adota a energia medida como base de comparação, em vez da energia faturada.

As perdas de energia LTM alcançaram o valor de 26,04% em junho/2026, uma redução de 0,11 p.p. em relação às perdas registradas no em dezembro/2025 que foram de 26,15%.

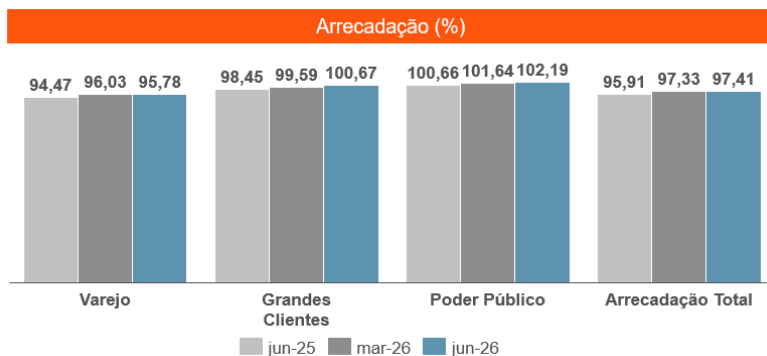
As perdas não técnicas na área de risco, que representam 60,1% do total, registraram crescimento +0,13 p.p. quando comparadas com dezembro/2025. As perdas fora da área de risco reduziram -0,24 p.p., em relação ao mesmo período, mantendo a tendencia dos últimos anos e comprovando o sucesso das medidas adotadas para minimizar as perdas nas localidades com acesso.

O plano de combate às perdas de energia da Enel mantém suas ações nos pilares de prevenção e recuperação da receita. Dentre as principais ações promovidas, incluindo os esforços com a população de baixa renda, destacam-se: (i) Inspeções de fraude: tem por objetivo identificar instalações com erros de medição, seja por defeitos nos equipamentos ou por ações de terceiros forjando a medição. (ii) Programa de recuperação de instalações cortadas/autoreligadas ou sem contrato ativo (operações do ciclo comercial): tem por objetivo recuperar as instalações de clientes cortados por inadimplência ou contrato inativo e que, ao não efetuarem a quitação dos débitos pendentes ou sem contrato, passam a consumir energia de forma irregular. (III) Regularização de ligações informais (clandestinas): Tem por objetivo transformar consumidores clandestinos em clientes regulares. Com essas ações de recuperação de energia obteve-se um incremento no mercado faturado de 335 GWh de energia ao final de junho, considerando os últimos 12 meses.

Arrecadação

O índice de arrecadação reflete a capacidade de pagamento dos clientes e a eficácia das ações de cobrança da Companhia. A seguir, o resultado acumulado nos últimos 12 meses e seu comportamento em relação aos períodos anteriores.

⁴ O cálculo de perdas reflete as perdas regulatórias calculadas pela Aneel. Os dados utilizados para o cálculo são extraídos diretamente do relatório SAMP (Sistema de Acompanhamento de Informações de Mercado para Regulação Econômica) /SIASE (Sistema de Inteligência Analítica do Setor Elétrico) e estão passíveis de ajustes posteriores por parte da Aneel através de Ofícios e/ou PRORET 10.2.



Em relação ao indicador de arrecadação, houve um crescimento expressivo de 1,50 ponto percentual no 2T26 versus 2T25, com evolução em todos os segmentos, em particular grandes clientes, devido a melhor performance das ações de cobrança e aumento de faturamento decorrente do reajuste tarifário anual ocorrido em março/26.

Destaca-se que a Companhia mantém constantemente a realização de ações para reduzir os níveis de inadimplência, tais como:

- Realização de 570 mil suspensões de fornecimento por meio de estratégia de concentração e comportamento de pagamento;
- Negativações de 4,6 milhões de faturas;
- 47 milhões de interações com os clientes seja por meio de robôs, contato humano ou whatsapp através das assessorias de cobrança;
- Ações sistemáticas para os Grandes Clientes e negociações com Poder Público;
- Negociações para 70 mil consumidores;

Além disso, a Enel Rio disponibiliza aos seus clientes diversas opções para quitação e negociação de débitos, tais como por cartão de débito/crédito, pix e boleto, financiamento com a própria distribuidora, levando em consideração o perfil de cada cliente.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração de Resultados

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (R\$, MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Operacional Líquida excl. receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.869.436	1.799.253	3,9%	3.935.067	3.603.639	9,2%
Custos e despesas não gerenciáveis ¹	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Margem Bruta antes da atualização do ativo financeiro da concessão	665.757	673.498	-1,1%	1.420.267	1.363.903	4,1%
Atualização do ativo financeiro da concessão	154.805	71.663	>100,0%	330.491	233.497	41,5%
Margem Bruta	820.562	745.161	10,1%	1.750.758	1.597.400	9,6%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção (Opex)	(421.973)	(416.588)	1,3%	(850.362)	(784.529)	8,4%
EBITDA	398.589	328.573	21,3%	900.396	812.871	10,8%
Depreciação e Amortização	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
IR/CS	56.202	57.471	-2,2%	24.634	63.884	-61,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.560)	<-100,0%

¹ Inclui Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão

Receita Operacional Líquida

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (R\$ MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Fornecimento de Energia Elétrica	2.359.300	2.017.550	16,9%	4.724.928	4.475.171	5,6%
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	(28.586)	(14.341)	99,3%	(49.130)	(46.943)	4,7%
Subvenções - Baixa renda e CDE	241.062	214.063	12,6%	483.955	398.314	21,5%
Fornecimento de Energia Elétrica - Mercado Cativo	2.571.776	2.217.272	16,0%	5.159.753	4.826.542	6,9%
Ativos e passivos financeiros setoriais	48.129	194.164	-75,2%	386.499	141.357	>100,0%
Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres - revenda	393.388	331.975	18,5%	734.105	685.236	7,1%
Outras Receitas	73.393	93.815	-21,8%	105.182	122.106	-13,9%
Receita Operacional Bruta¹	3.086.686	2.837.226	8,8%	6.385.539	5.775.241	10,6%
Tributos	(911.923)	(770.372)	18,4%	(1.808.291)	(1.650.905)	9,5%
Encargos Setoriais	(305.327)	(267.601)	14,1%	(642.181)	(520.697)	23,3%
Receita Operacional Líquida antes da Receita de Construção e atualização do ativo financeiro da concessão	1.869.436	1.799.253	3,9%	3.935.067	3.603.639	9,2%
Receita de construção	492.347	388.421	26,8%	918.527	729.917	25,8%
Atualização do ativo financeiro da concessão	154.805	71.663	>100,0%	330.491	233.497	41,5%
Receita Operacional Líquida	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%

¹ Desconsiderando Receita de Construção e Atualização do Ativo Financeiro da Concessão

A receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, totalizou **R\$ 1,9 bilhão no 2T26**, representando um aumento de **3,9% (R\$ 70,2 milhões)**, em relação ao mesmo período do ano anterior, quando atingiu **R\$ 1,8 bilhão**. Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:



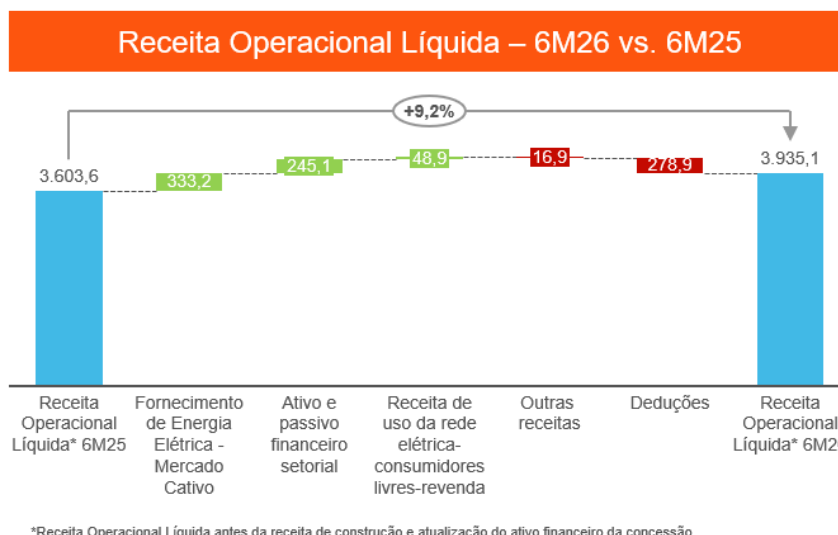
*Receita Operacional Líquida antes da receita de construção e atualização do ativo financeiro da concessão

- **Aumento de R\$ 354,5 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, refletindo a maior tarifa média vigente no 2T26 em comparação ao 2T25 (**15,46% versus 0,27%**);
- **Aumento de R\$ 61,4 milhões** na linha **Receita de Uso da Rede Elétrica – Consumidores Livres (Revenda)**, explicado pelo crescimento do número de consumidores e do consumo de energia nessa classe.

Tais efeitos foram compensados parcialmente por:

- **Aumento de R\$ 179,3 milhões** nas deduções relacionadas a tributos e encargos setoriais em relação ao 2T25, decorrente principalmente da elevação de **R\$ 115,4 milhões** em ICMS e de **R\$ 63,6 milhões** nos encargos da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, em função do aumento da cota homologada em agosto de 2025;
- **Redução de R\$ 146,0 milhões** na rubrica **Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**, relacionada aos mecanismos de neutralidade dos encargos setoriais e dos custos de energia, incluindo o efeito da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas;

No acumulado do ano, a receita operacional líquida da Companhia, desconsiderando os efeitos da receita de construção e da atualização do ativo financeiro da concessão, apresentou crescimento de **9,2%**, equivalente a **R\$ 331,4 milhões**, em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando **R\$ 3,9 bilhões**. Destacam-se, na comparação entre **6M26 e 6M25**, as seguintes variações nos componentes da receita operacional líquida:



- **Aumento de R\$ 333,2 milhões** na rubrica **Fornecimento de Energia Elétrica – Mercado Cativo**, explicado pela maior tarifa média vigente no período, decorrente do reajuste tarifário vigente a partir de abril 2025 (**10,40%**) **versus o reajuste tarifário do ciclo anterior (1,33%)**;
- **Aumento de R\$ 245,1 milhões** na linha **Ativos e passivos financeiros setoriais** relacionado principalmente ao aumento do custo com compra de energia no período, reflexo da deterioração das condições hidrológicas e do aumento dos encargos setoriais, especialmente da CDE, além do efeito da neutralidade da devolução de créditos de PIS/COFINS aos consumidores considerada na tarifa;
- **Aumento de R\$ 48,9 milhões** na linha **Receita de uso da rede elétrica - consumidores livres – revenda**, explicado pelo crescimento do número de consumidores e do consumo de energia nessa classe;

Tais efeitos foram compensados parcialmente por um **aumento de R\$ 278,9 milhões nas deduções** relacionadas a tributos e encargos setoriais na comparação entre 6M26 e 6M25, refletindo principalmente a elevação de **R\$ 103,1 milhões** em ICMS e de **R\$ 113,8 milhões** nos encargos da **Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)**, em função do aumento da cota homologada em agosto de 2025..

Custos e Despesas Operacionais

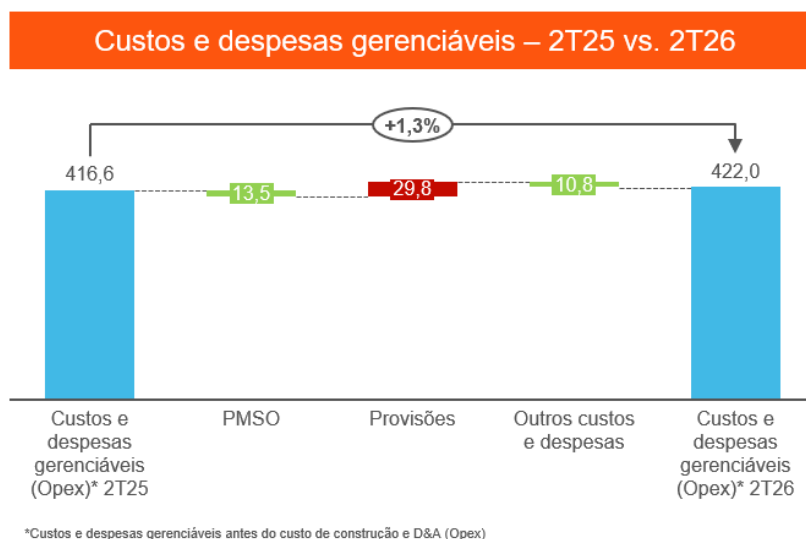
CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Energia elétrica comprada para revenda e Encargos do uso do sistema de transmissão	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Custos e despesas não gerenciáveis	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Pessoal	(82.732)	(57.707)	43,4%	(178.127)	(116.656)	52,7%
Desp de Pessoal	(122.606)	(91.542)	33,9%	(256.850)	(185.001)	38,8%
Capitalização de Pessoal	39.874	33.835	17,8%	78.724	68.345	15,2%
Material	(17.966)	(12.008)	49,6%	(23.067)	(17.683)	30,4%
Serviços de Terceiros	(166.366)	(189.711)	-12,3%	(380.786)	(352.837)	7,9%
Outras receitas/despesas operacionais	(16.022)	(37.200)	-56,9%	(22.736)	(55.707)	-59,2%
PMSO	(283.086)	(296.626)	-4,6%	(604.716)	(542.883)	11,4%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa e Perda de Recebíveis	(137.836)	(110.372)	24,9%	(245.945)	(219.202)	12,2%
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(34.703)	(32.411)	7,1%	(63.329)	(67.188)	-5,7%
Provisões	(172.539)	(142.783)	20,8%	(309.274)	(286.390)	8,0%
Receita de multas por impuntualidade de clientes	33.652	22.821	47,5%	63.628	44.744	42,2%
Outros custos e despesas	33.652	22.821	47,5%	63.628	44.744	42,2%
Custos e despesas gerenciáveis excl. custo de construção e D&A (Opex)	(421.973)	(416.588)	1,3%	(850.362)	(784.529)	8,4%
Depreciação e Amortização (D&A)	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Custo de Construção	(492.347)	(388.421)	26,8%	(918.527)	(729.917)	25,8%
Custos e despesas gerenciáveis	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(2.289.098)	(2.177.284)	5,1%	(4.625.438)	(4.209.745)	9,9%

Os custos e despesas operacionais da Companhia totalizaram **R\$ 2,3 bilhões no 2T26**, representando um aumento de **5,1%**, ou **R\$ 111,8 milhões**, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** somaram **R\$ 1.203,7 milhões**, montante **6,9% superior** ao registrado no 2T25, em função principalmente do aumento de **R\$ 92,4 milhões** na rubrica de **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão**.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), permaneceram praticamente estáveis na comparação entre o 2T26 e o 2T25, registrando um aumento de apenas **R\$ 5,4 milhões**. Destacam-se as seguintes variações no período:



▪ **Aumento de R\$ 29,8 milhões em provisões**, reflexo da elevação das rubricas de **Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)** e **Perda de Recebíveis**, em razão do maior volume de baixas de créditos ("write-offs") relacionados ao período da pandemia que ultrapassaram o prazo de cinco anos. Esse efeito foi parcialmente compensado pela melhora da PCLD, decorrente da evolução dos indicadores de cobrabilidade, da menor rolagem da dívida e da redução da inadimplência em áreas de risco, impulsionada pelo efeito positivo da MP nº 1300, sobre a arrecadação da classe baixa renda;

Esse efeito foi parcialmente compensado por uma **redução de R\$ 13,5 milhões no PMSO** (Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros), em decorrência de:

- **Redução de R\$ 23,3 milhões em Serviços de Terceiros**, relacionado ao maior nível de capitalização de investimentos no 2T26 em comparação ao 2T25. Esse efeito foi parcialmente compensado pelo aumento dos gastos com manutenção corretiva no período;
- **Redução de R\$ 21,2 milhões em Outras receitas/despesas operacionais** devido principalmente ao reconhecimento de baixas de recebíveis ocorridas no 2T25, que afetaram a base de comparação;
- **Aumento de R\$ 15,0 milhões nas Despesas de pessoal** em função do projeto *insourcing* que prevê a ampliação da contratação de colaboradores próprios.

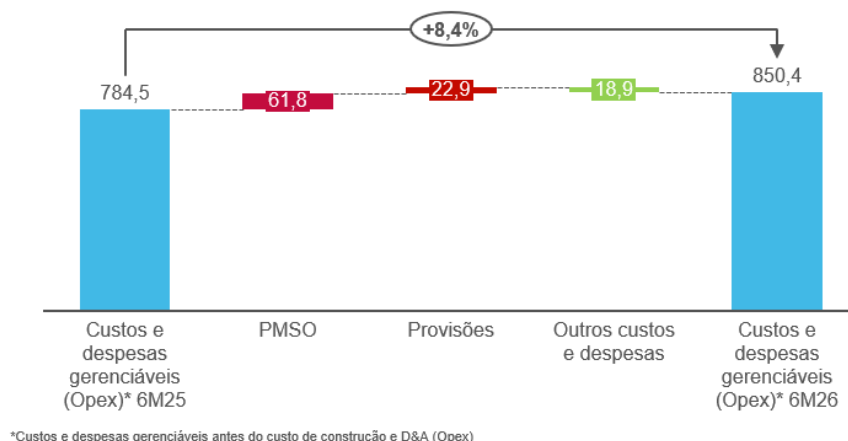
No acumulado do ano, os **Custos e Despesas Não Gerenciáveis** totalizaram **R\$ 2,5 bilhões**, resultado **12,3%** ou **R\$ 275,1 milhões** superior em relação ao mesmo período em 2025. Essa variação decorre principalmente de:

- **Aumento de R\$ 174,5 milhões** na rubrica de **Energia Elétrica Comprada para Revenda**, em razão do maior custo de aquisição de energia no período;
- **Aumento de R\$ 101,6 milhões** nos **Encargos de Uso do Sistema de Transmissão**.

Os **Custos e Despesas Gerenciáveis**, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (Opex), apresentaram aumento de **R\$ 65,8 milhões no 6M26 em relação ao 6M25**.

As principais variações podem ser explicadas por:

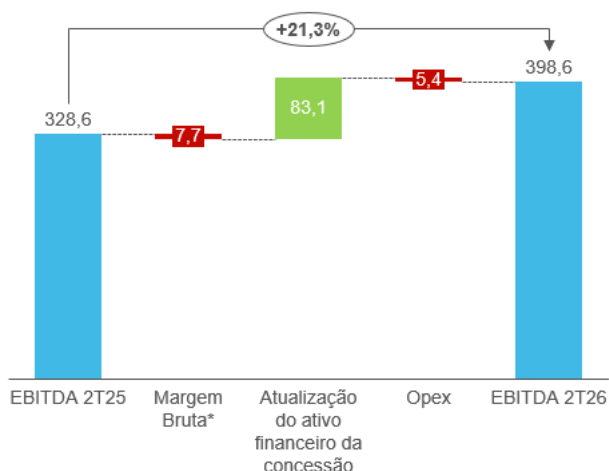
Custos e despesas gerenciáveis – 6M25 vs. 6M26



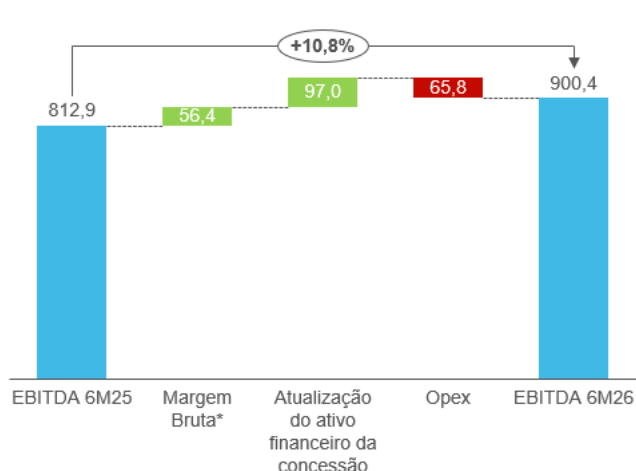
- **Aumento de R\$ 61,8 milhões no PMSO**, devido ao (i) **aumento de R\$ 61,4 milhões nas despesas com pessoal**, relacionado ao projeto *insourcing* que visa o aumento da contratação de colaboradores próprios; e (ii) **aumento de R\$ 27,9 milhões na rubrica de serviços de terceiros**, reflexo de maiores gastos com manutenção corretiva, além do efeito da inflação no período. Em contrapartida, a rubrica de **Outras receitas/despesas operacionais** registrou uma redução de **R\$ 33,0 milhões** relacionada principalmente à baixas de recebíveis ocorrida no 2T25, afetando a base de comparação;
- **Aumento de R\$ 22,9 milhões em provisões**, refletindo a elevação das rubricas de PCLD e Perda de Recebíveis, em razão do maior volume de baixas de créditos relacionados ao período da pandemia que ultrapassaram o prazo de cinco anos. Esse efeito foi compensado parcialmente por uma melhora da PCLD, reflexo principalmente do aumento da expectativa de arrecadação no segmento B2G (Poder Público), da evolução dos indicadores de cobrabilidade na comparação entre 6M26 e 6M25, do impacto positivo da MP nº 1.300 sobre a arrecadação da classe baixa renda e da melhora na recuperação de créditos não relacionados ao fornecimento de energia

EBITDA

EBITDA – 2T25/2T26



EBITDA – 6M25/6M26



*Antes da Atualização do ativo financeiro da concessão

O **EBITDA da Companhia totalizou R\$ 398,6 milhões no 2T26**, representando um aumento de **R\$ 70,0 milhões** em relação ao 2T25. Esse desempenho reflete, principalmente, o aumento de **R\$ 83,1 milhões** na atualização do ativo financeiro da concessão, decorrente da expansão da base de ativos, efeito intensificado pela proximidade do término da concessão, além da maior inflação observada no período, que impacta a atualização monetária do ativo.

No acumulado do ano, o **EBITDA da Companhia atingiu R\$ 900,4 milhões**, registrando um crescimento de **10,8%** ou **R\$ 87,5 milhões** em relação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do aumento da margem operacional, impulsionada principalmente pelo efeito tarifário, beneficiado pelo impacto da inflação sobre a Parcela B, bem como pelo aumento da atualização do ativo financeiro da concessão, pelos mesmos fatores observados no trimestre.

Esse crescimento foi parcialmente compensado pelo aumento de **R\$ 65,8 milhões** dos custos e despesas operacionais, excluindo custos de construção e despesas com depreciação e amortização (opex), afetado em grande parte pelo aumento das despesas com pessoal e serviço de terceiros, associados às iniciativas de melhoria da qualidade do serviço e ao projeto de *insourcing*, além do maior volume de perdas de recebíveis decorrentes de baixas de créditos ("*write-offs*") relacionados a cobranças originadas durante o período da pandemia.

Resultado Financeiro

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita de aplicações financeiras	6.772	5.711	18,6%	10.566	9.844	7,3%
Despesas líquidas relacionadas à dívida (1)	(204.669)	(171.185)	19,6%	(381.344)	(322.027)	18,4%
Outros resultados financeiros não relacionados à dívida	(147.121)	(41.416)	>100,0%	(164.194)	(126.569)	29,7%
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	10.736	10.391	3,3%	19.339	19.661	-1,6%
Atualização do ativo/passivo financeiro setorial (líquidas)	(58.151)	(3.860)	>100,0%	20.034	(3.764)	<-100,0%
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(23.368)	(28.712)	-18,6%	(68.130)	(88.496)	-23,0%
Encargos fundo de pensão	(10.794)	(2.583)	>100,0%	(20.937)	(6.185)	>100,0%
Variações monetárias e cambiais - outros	643	(2.580)	<-100,0%	724	(2.690)	<-100,0%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(66.187)	(14.072)	>100,0%	(115.224)	(45.095)	>100,0%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%

(1) Despesas líquidas relacionadas à dívida = Encargos de dívida e variações monetárias + variações cambiais + instrumentos financeiros derivativos + marcação a mercado da dívida

O resultado financeiro da Companhia registrou **despesa financeira líquida de R\$ 345,0 milhões no 2T26**, representando um aumento de **R\$ 138,1 milhões** em relação ao mesmo período de 2025.

Essa variação é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- **Aumento de R\$ 33,4 milhões** nas despesas líquidas relacionadas à dívida, refletindo principalmente a elevação da dívida média (**R\$ 5.101 milhões no 2T26 versus R\$ 4.782 milhões no 2T25**) entre os períodos analisados;
 - **Aumento de R\$ 52,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente principalmente de:
 - redução de **R\$ 7,9 milhões** na atualização de créditos tributários. Vale destacar que, em dezembro de 2024, em decorrência do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela correspondente à taxa Selic na repetição de indébitos tributários, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes a valores recolhidos a maior entre 2021 e 2024. Esse efeito gerou uma atualização monetária mais elevada no 2T25, não recorrente no 2T26;
 - aumento de **R\$ 37,8 milhões** no deságio financeiro relacionado ao subsídio da CDE, em função da antecipação de parte dos créditos homologados referentes a esse subsídio;
 - aumento de **R\$ 6,5 milhões** nos custos com garantias financeiras (fianças bancárias e seguros-garantia), decorrente do maior volume de garantias contratadas entre os períodos.
- **Aumento de R\$ 105,7 milhões** em outros resultados financeiros não relacionados à dívida, explicados principalmente por:

- **Aumento de R\$ 54,2 milhões** nas despesas líquidas com atualização de ativos e passivos financeiros setoriais, devido à atualização monetária dos valores referentes à devolução de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas;
- **Aumento de R\$ 52,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente principalmente de:
 - redução de **R\$ 7,9 milhões** na atualização de créditos tributários. Vale destacar que, em dezembro de 2024, em decorrência do entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) de que não incidem IRPJ e CSLL sobre a parcela correspondente à taxa Selic na repetição de indébitos tributários, a Companhia reconheceu créditos tributários referentes a valores recolhidos a maior entre 2021 e 2024. Esse efeito gerou uma atualização monetária mais elevada no 2T25, não recorrente no 2T26;
 - aumento de **R\$ 37,8 milhões** em custos relacionados à antecipação de parte dos créditos homologados referentes ao subsídio da CDE;
 - aumento de **R\$ 6,5 milhões** nos custos com garantias financeiras (fianças bancárias e seguros-garantia), decorrente do maior volume de garantias contratadas entre os períodos.

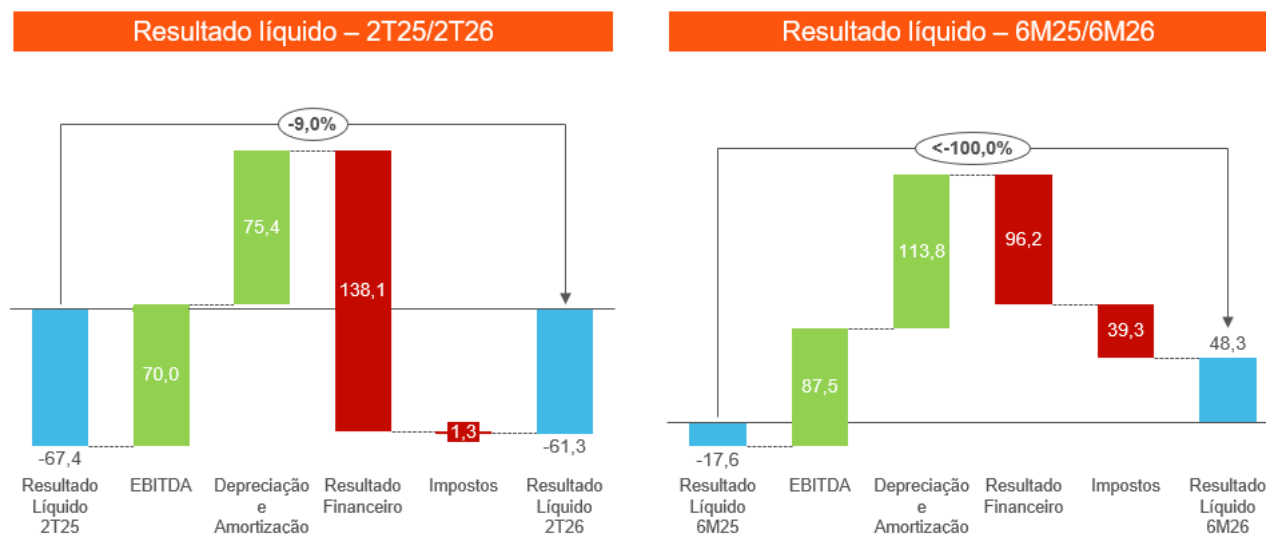
No acumulado do ano o resultado financeiro apresentou **uma despesa financeira líquida de R\$ 534,9 milhões**, representando um aumento de **R\$ 96,2 milhões** em relação ao mesmo período de 2025. Essa variação decorre principalmente dos seguintes fatores:

- **Aumento de R\$ 59,3 milhões** nas despesas líquidas relacionadas à dívida, refletindo a elevação do custo médio do endividamento, influenciado principalmente pelo aumento da taxa média do CDI (**6,79% no 6M26 versus 6,36% no 6M25**), em conjunto com um leve crescimento da dívida média no período (**R\$ 4.997 milhões nos 6M26 x R\$ 4.714 milhões nos 6M25**);
- **Aumento de R\$ 37,7 milhões** em outros resultados financeiros não relacionados à dívida, explicado principalmente por:
 - **Aumento de R\$ 70,1 milhões** em outras despesas financeiras líquidas, decorrente:
 - da redução de **R\$ 24,2 milhões** na atualização de créditos tributários. Conforme mencionado anteriormente, o reconhecimento de créditos tributários realizado em dezembro de 2024 gerou atualização monetária mais elevada no 6M25, efeito que não se repetiu no 6M26;
 - do aumento de **R\$ 47,0 milhões** em custos relacionados à antecipação de parte dos créditos homologados referentes ao subsídio da CDE.

Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo:

- **Aumento de receita de R\$ 23,7 milhões** na atualização líquida de ativos e passivos financeiros setoriais, em razão da constituição de CVA ativa, parcialmente compensada pela atualização monetária dos valores relativos à devolução de PIS/COFINS aos consumidores considerada nas tarifas.

Resultado Líquido



A Companhia registrou prejuízo líquido de R\$ 61,3 milhões no 2T26, o que representa uma melhora de R\$ 6,0 milhões em relação ao prejuízo líquido de R\$ 67,4 milhões apurado no 2T25.

Essa evolução decorre principalmente de:

- (i) aumento de R\$ 70,0 milhões do EBITDA no período, conforme explicado anteriormente; e
- (ii) redução de R\$ 75,4 milhões nas despesas de depreciação e amortização, em decorrência do efeito da revisão extraordinária da vida útil regulatória de determinados ativos, concluída em dezembro de 2025. A extensão dos prazos de amortização reduziu o montante reconhecido nessa rubrica, efeito que permanecerá ao longo de 2026 e será integralmente anualizado a partir do 4T26.

Esses impactos positivos foram compensados pela piora do resultado financeiro no período, conforme comentado anteriormente.

No acumulado dos seis primeiros meses de 2026, a Companhia registrou lucro líquido de R\$ 48,3 milhões, revertendo o prejuízo líquido de R\$ 17,6 milhões apurado no mesmo período do ano anterior.

O desempenho segue, em linhas gerais, a mesma tendência observada no trimestre, refletindo principalmente o crescimento do EBITDA e a redução das despesas de depreciação e amortização. Em contrapartida, o resultado foi parcialmente impactado pela rubrica de imposto de renda e contribuição social, que apresentou uma variação negativa de R\$ 39,3 milhões em relação aos 6M25, decorrente principalmente do menor reconhecimento de ativos fiscais diferidos nos 6M26. Essa redução está relacionada, sobretudo, ao maior crescimento da atualização do ativo financeiro da concessão, impulsionado pela proximidade do término da concessão, reduzindo a base para constituição de ativos fiscais diferidos quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	5.233.255	4.840.300	8,1%	5.233.255	4.840.300	8,1%
Dívida com Terceiros	4.569.894	-	-	4.569.894	-	-
Dívida Intercompany	663.361	4.840.300	-86,3%	663.361	4.840.300	-86,3%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	188.781	192.967	-2,2%	188.781	192.967	-2,2%
Dívida líquida (R\$ mil)	5.044.474	4.647.333	8,5%	5.044.474	4.647.333	8,5%
Dívida Bruta / EBITDA(2)*	2,33	2,21	5,4%	2,33	2,21	5,7%
Dívida Líquida / EBITDA(2)*	2,25	2,12	6,1%	2,25	2,12	6,1%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,34	0,37	-5,6%	0,34	0,37	-5,6%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,34	0,36	-5,4%	0,34	0,36	-5,4%

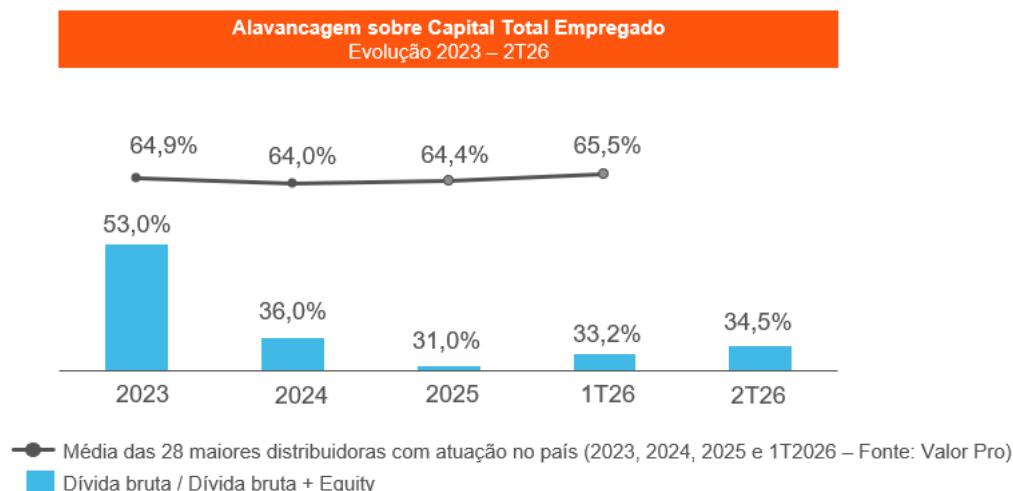
(1) EBITDA: EBIT + Depreciação e Amortização; (2) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outras receitas/despesas operacionais e provisões

(2)* EBITDA: EBIT + Depreciações e Amortizações (acumulado nos últimos 12 meses) + Provisões para crédito de liquidação duvidosa + Recuperação/perda de recebíveis de clientes + Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas

A dívida bruta da Companhia apresentou aumento de **R\$ 393 milhões** em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa variação decorre principalmente de:

- Novas captações no montante de R\$ 6.480 milhões, destinadas ao refinanciamento de dívidas e ao reforço do capital de giro;
- Apropriação de encargos financeiros e atualização monetária da dívida no valor de R\$ 772 milhões. Esses efeitos foram parcialmente compensados por:
- Amortizações de principal no montante de R\$ 4.274 milhões;
- Pagamento de encargos financeiros de aproximadamente R\$ 985 milhões; e
- Capitalização de mútuos no valor de R\$ 1.600 milhões.

A Enel Distribuição Rio encerrou o 2T26 com a alavancagem sobre o capital total empregado em 34,5%, conforme evolução demonstrada no gráfico abaixo.



Classificação de Riscos (Rating)

Em 24 de abril de 2026, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Fitch Ratings revisou o rating de crédito corporativo da Companhia de longo prazo na Escala Nacional Brasil de AAA (bra) para 'AA+ (bra)', com perspectiva negativa.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia mantém limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo, cujo montante em 30 de junho de 2026 era de R\$ 80 milhões.

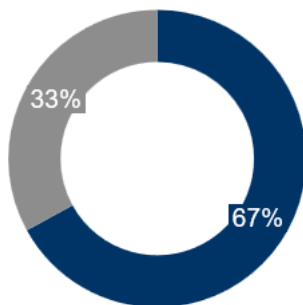
A Companhia conta com o apoio financeiro do Grupo Enel, por meio da Enel Brasil e de várias de suas subsidiadas, que disponibilizaram recursos para financiar investimentos e capital de giro, de acordo com as anuências prévias da ANEEL, conforme Despachos N°s 2.979/2018, 1.923/2020, 647/2021, 902/2021 e 3.754/2021.

Os mútuos que venceram no 2º trimestre de 2026 foram liquidados e a Companhia segue avaliando as opções financeiras para liquidação de mútuos nos próximos vencimentos.

Para a realização de financiamentos com bancos e captações no mercado de capitais, a Companhia pode utilizar, quando necessário e conveniente, a garantia da Enel Brasil e, eventualmente, de outras empresas do Grupo.

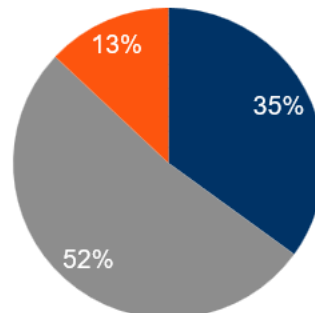
A capacidade de suporte financeiro pelo Grupo é verificada por meio da posição positiva de caixa e liquidez, a qual permitiu a realização de operações de mútuos e eventuais aportes de capital realizados nos últimos anos. Tal capacidade de suporte se manteve na posição verificada em 30 de junho de 2026 dos controladores, e prospectivamente por meio de contrato de linha de crédito firmado entre Enel Américas SA. e a Enel Brasil S.A. em 20 de abril de 2026, no montante de USD 2 bilhões.

Abertura da Dívida Bruta – CP e LP
Posição Final em Jun/26



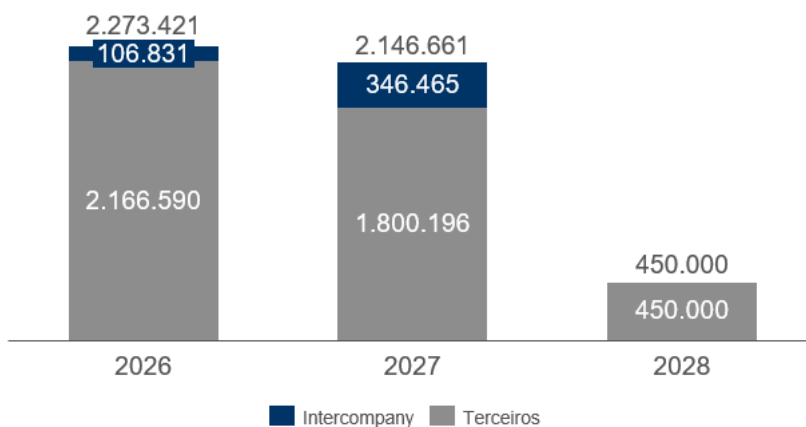
■ Curto Prazo ■ Longo Prazo

Abertura da Dívida Bruta – Credor
Posição Final em Jun/26



■ Notas Comerciais ■ Bancos ■ Mútuo

Curva de Amortização de Saldo de Dívida com SWAP (R\$Mil)
Posição Final em Jun/26



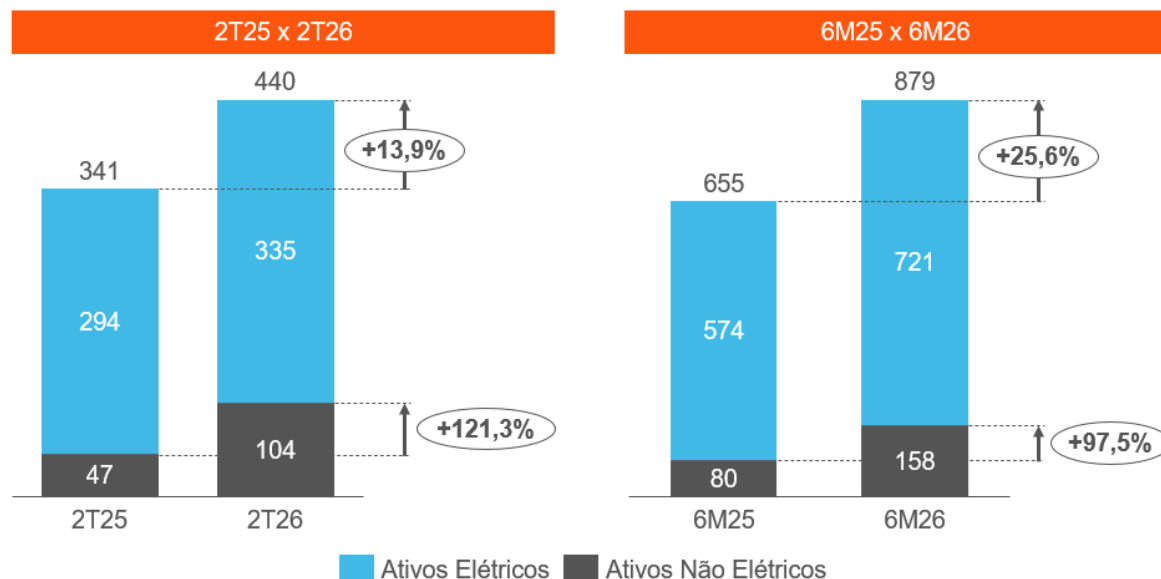
■ Intercompany ■ Terceiros

Investimentos

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Manutenção	198.784	129.996	52,9%	396.495	252.769	56,9%
Crescimento	107.502	95.324	12,8%	212.423	177.726	19,5%
Novas Conexões	133.350	115.116	15,8%	270.177	211.519	27,7%
Financiado pela Companhia	439.635	340.436	29,1%	879.094	642.013	36,9%
Financiado pelo Cliente	-	249	-100,0%	-	12.764	-100,0%
Total	439.635	340.685	29,0%	879.094	654.777	34,3%

Ativos Elétricos e Não Elétricos



A Companhia investiu no 2T26 o total de R\$ 439,6 milhões, montante 29,0% superior ao valor registrado no 2T25 (R\$ 340,7 milhões).

Do total investido no trimestre, destacam-se: (i) R\$ 198,8 milhões investidos para atividades de manutenção, sendo R\$ 101,3 milhões para as atividades relacionadas a manutenção corretiva e (ii) na parte de crescimento foram investidos R\$ 107,5 milhões, com destaque para atividades voltadas ao programa de Confiabilidade no desenvolvimento (R\$ 46,9 milhões), além do programa de Qualidade para melhoria dos serviços (R\$ 30,9 milhões), Telecontrole (R\$ 5,8 milhões) e ao programa de redução de perdas, programa de investimento específico destinado a reduzir as perdas de rede (não técnicas) justificadas por avaliações técnicas por meio de inspeções de fraude (R\$ 14,8 milhões).

No acumulado do ano, a Companhia investiu nos 6M26 o total de R\$ 879,1 milhões, montante 34,3% superior ao valor registrado no mesmo período do ano anterior. Do total investido no semestre, destacam-se: (i) as atividades de manutenção com um total de R\$ 396,5 milhões, e (ii) as atividades de novas conexões, onde foram alocados R\$ 270,2 milhões.

ASPECTOS AMBIENTAIS, SOCIAIS E DE GOVERNANÇA (ASG) NA ENEL

Enel Distribuição Rio se consolida como uma empresa que busca o desenvolvimento sustentável, direcionando suas ações e investimentos sociais de acordo com fundamentos e políticas como **confiança, inovação, proatividade, flexibilidade e respeito**.

Os pilares ESG (*Environmental, Social and Governance*) fazem parte da nossa estratégia de sustentabilidade, assim como a Agenda 2030 da ONU, ambos direcionadores considerados tendências no setor elétrico. Além disso, consideramos em nossa estratégia os grandes desafios da atualidade, como a transição energética acessível e justa, baseada nas fontes renováveis de geração. Dessa maneira buscamos contribuir para o alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Desse total, quatro orientam a nossa criação de valor: Energia Limpa e Acessível (ODS 7), Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9), Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11), Combate às Mudanças Climáticas (ODS 13).

A nossa estratégia de sustentabilidade considera os resultados de escutas de diversas partes interessadas, e uma avaliação dos impactos, riscos e oportunidades ESG. A partir disso, os objetivos são definidos e desdobrados em metas e iniciativas de curto, médio e longo prazos, compondo o Plano de Sustentabilidade da empresa, que é revisado anualmente e reportado periodicamente ao Conselho de Administração da Enel Brasil, de forma a garantir a transparência e o monitoramento da nossa jornada rumo ao progresso sustentável.

O atual Plano de Sustentabilidade da Enel Rio abrange o ciclo 2026-2028 e estabelece objetivos ESG específicos em 3 pilares temáticos. Sendo 2 pilares ambientais sobre Mudanças Climáticas e Capital Natural, e um terceiro pilar voltado para o tema social com foco na transição justa e inclusiva. De forma transversal um modelo de governança sólida garante as melhores e mais atuais práticas de integridade, transparência e de gestão quanto ao respeito dos direitos humanos e aceleradores de crescimento - inovação, digitalização e economia circular - fortalecem a estratégia do Grupo.

Especificamente para as metas ambientais, destacam-se o programa de verificações ambientais em contratadas – *Assessment Ambiental*, que atesta o cumprimento legal e ambiental das empresas parceiras a ENEL e o programa ECoS- *Extra-checking on site* que verifica a performance ambiental dos processos ENEL. Importante destacar que estes programas compõem o sistema de gestão ambiental certificado, ISO 14001.

A fim de contribuir com uma transição energética justa e inclusiva e gerar valor compartilhado para a sociedade do estado do Rio de Janeiro e comunidades locais, em especial as de maior vulnerabilidade social, a Companhia mantém o programa Enel Compartilha, que inclui projetos socioambientais voltados aos temas da eficiência energética, economia circular, educação para o consumo consciente e seguro de energia, cidadania, além de geração de renda e empregabilidade.

Até o final do segundo trimestre a Enel Distribuição Rio acumulou em 2026 R\$ 13,3 milhões investidos e beneficiou 94 mil pessoas por meio de 62 iniciativas. Como destaque do período, relacionamos alguns projetos do programa Enel Compartilha:

Programa Bônus Eficiente – ODS 7

Em maio, a Enel Distribuição Rio deu início ao programa Bônus Eficiente, que incentiva os consumidores residenciais a substituir eletrodomésticos antigos e ineficientes por aparelhos com Selo PROCEL de economia de energia. A campanha de vendas é realizada on-line e nas lojas físicas participantes da Novolare. Para aproveitar as vantagens do programa, o cliente faz um pré-cadastro no site do programa e, se aprovado, compra um novo eletrodoméstico pela metade do preço. O cliente poderá adquirir apenas um aparelho e entregar o antigo, que deverá estar em funcionamento, além de poder trocar até 5 lâmpadas comuns por LED. Além disso, 5% do valor de cada eletrodoméstico adquirido é destinado, sem custo adicional, aos projetos sociais da Central Única das Favelas (CUFA). Ao todo, a campanha prevê a troca de 1.900 produtos, entre geladeiras e aparelhos de ar-condicionado. Até junho, mil eletrodomésticos já haviam sido trocados em 30 municípios.

Enel Compartilha Cidadania – ODS 7

Com as alterações realizadas pelo Governo Federal nas regras de obtenção do benefício da Tarifa Social de Energia pelas famílias de baixa renda, estima-se que cerca de 235 mil famílias na área de concessão da Enel Rio necessitem atualizar o cadastro e a titularidade da fatura para não serem descadastradas. Para mitigar esse impacto, o programa Enel Compartilha Cidadania já percorreu 14 municípios até junho de 2026, por meio de reuniões com Secretarias Municipais de Assistência Social e capacitações com os coordenadores dos CRAS (Centros de Referência Social), trazendo orientações sobre a Nova Tarifa Social de Energia Elétrica e o Desconto Social, que também permite redução no pagamento da conta de energia.

Enel Compartilha Eficiência – ODS 7

Entre os meses de abril e junho, o programa Enel Compartilha Eficiência promoveu ações de trocas de geladeiras, tanto por meio das Caravanas (que realizam ações de manutenção de rede, podas e articulações com o poder público) como pelas atuações nos Operativos do Energia Legal, ambas em parceria com as áreas de Grids e Mercado. Ao todo, foram substituídas 700 geladeiras e 1.200 clientes foram atendidos por iniciativas de Sustentabilidade em 9 municípios (Niterói, Rio das Ostras, Petrópolis, Itaboraí, Macaé, Angra dos Reis, Cabo Frio, Itaúva e Cardoso Moreira).

Indicadores ASG - Enel Rio

Indicadores

	2T26	2T25
Colaboradores Próprios (Unid)	2.804	2.150
Colaboradores terceirizados (Unid)	10.909	10.003
% de mulheres na Empresa	11,2%	12,3%
% de mulheres em cargos de liderança (1)	16,5%	21,2%
Taxa de Rotatividade (2)	8,4%	6,4%
Número de membros no conselho (Unid)	5	5
% de mulheres no conselho	20,0%	20,0%
Beneficiados pelos projetos sociais**	94.853	60.138
Resíduos perigosos enviados para recuperação	100,0%	99%
Resíduos não perigosos enviados para recuperação	92,0%	84%
Avaliação de fornecedores ambientais (3)	5	5
Realização de ECoS Ambiental (4)	1	1

(1) Líderes: Considera os Heads e Diretores; (2) Considera os desligamentos voluntários e involuntários

(3) Meta 2026: 11; (4) Meta 2026: 1

**Nota sobre o número de Beneficiados pelos projetos sociais: A Companhia considera, na apuração de beneficiados, tanto os beneficiados diretos quanto os indiretos, refletindo o alcance ampliado de suas iniciativas.

No 4T25, houve uma mudança nos critérios de apuração de beneficiados, realizada à nível Holding, aumentando significativamente a contabilização de beneficiados indiretos, que são estimados com base em métricas específicas, que consideram o impacto das ações sobre as famílias e o investimento financeiro associado aos projetos. A mudança realizada expandiu o número de categorias de projetos, acompanhando o aumento do escopo e do volume de investimentos da Companhia.

ASPECTOS REGULATÓRIOS

Reajuste Tarifário Anual 2026

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), em reunião pública da sua Diretoria, que ocorreu em 10 de março de 2026, deliberou sobre o Reajuste Tarifário anual de 2026 a ser aplicado a partir de 15 de março de 2026, Resolução Homologatória nº 3.570/2026.

A aprovação do Reajuste Tarifário Anual de 2026 da Companhia foi de um índice de reajuste de +7,05% composto por (i) reajuste econômico de +5,72%, sendo +4,79% de Parcela A, +0,93% de Parcela B e (ii) componente financeiro de +1,33%. Considerando a retirada do componente financeiro do último processo tarifário de +8,41%, o efeito médio a ser percebido pelos consumidores é de +15,46%.

O índice é composto pelos seguintes itens:

Reajuste tarifário

Encargos setoriais	+2,43%
Energia comprada	+1,15%
Encargos de transmissão	+0,93%
Receita irrecuperável	+0,28%
Parcela A	+4,79%
Parcela B	+0,93%
Reajuste econômico	+5,72%
CVA total	+5,72%
Outros itens financeiros	-4,39%
Reajuste financeiro	+1,33%
Índice de reajuste total	+7,05%
Componentes financeiros do processo anterior	+8,41%
Efeito para o consumidor	+15,46%

O reajuste tarifário médio de +15,46% a ser percebido pelos consumidores apresenta variações para diversos níveis de tensão, conforme detalhado a seguir:

Níveis de Tensão	Efeito Médio
Alta Tensão	+19,94%
Baixa Tensão	+14,23%
Efeito Médio	+15,46%

Dessa forma, as Parcelas A e B da Companhia, após o reajuste tarifário, tiveram os seguintes impactos:

Parcela A

Para o próximo ano regulatório, a Parcela A foi reajustada em +7,5%, representando +4,79% no reajuste econômico com os seguintes componentes:

- Encargos Setoriais: R\$ 1.601 milhões. Uma variação de +14,5% em relação ao processo anterior, representando +2,43% no reajuste econômico;
- Custos de Aquisição de Energia: R\$ 2.775 milhões. O aumento de +3,6% decorrem principalmente do aumento do custo unitário de contratos dos CCEARs por disponibilidade. O custo de compra de energia representa +1,44% no reajuste econômico, englobando a receita irrecuperável da Companhia de +0,28%; e
- Custos de Transmissão: R\$ 1.175 milhões. Os custos de transmissão tiveram uma variação de +7,01%, correspondendo a um efeito de +0,93% no reajuste econômico, devido a redução das tarifas na rede básica.

Parcela B

Para o próximo ano regulatório, a Parcela B foi reajustada em +2,6%, representando uma participação de +0,93% no reajuste econômico, resultado da combinação dos seguintes componentes:

- IPCA de +3,59% no período de 12 meses findos em fevereiro de 2026; e
- Fator X de +0,44%, composto por:
 - Componente X-Pd (ganhos de produtividade da atividade de distribuição) de +0,576%, para aplicação nos reajustes tarifários deste ciclo da Enel RJ;
 - Componente X-Q (qualidade do serviço) de +0,161%; e
 - Componente X-T (trajetória de custos operacionais) de -0,300%.

Componentes financeiros

Os componentes financeiros aplicados a este reajuste tarifário totalizam um montante positivo de R\$ 111 milhões, dentre os quais destacam-se principalmente:

- (i) R\$ 477 milhões positivos, referentes aos itens de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A ("CVA");
- (ii) previsão de risco hidrológico positivo de R\$ 220 milhões;
- (iii) recomposição de diferença positiva de cobertura CDE GD de R\$ 106 milhões;

Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes efeitos negativos:

- (iv) R\$ 499 milhões referentes à créditos de PIS/COFINS;
- (v) R\$ 186 milhões relativo à reversão de risco hidrológico;

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade. As bandeiras tarifárias tiveram os seguintes acréscimos:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A partir de 01/04/24 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,885 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A partir de 01/04/24 - As tarifas dos dois patamares ficaram assim: R\$ 4,463 (patamar 1) e R\$ 7,877 (patamar 2) para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

A bandeira tarifária vigente no mês de janeiro foi verde, graças a manutenção do volume de chuvas e do nível dos reservatórios das usinas, não sendo necessário despachar as usinas termelétricas no mesmo nível do mês anterior. A bandeira verde se manteve também para os meses de fevereiro a abril de 2026.

Em maio, a ANEEL precisou acionar a bandeira tarifária amarela, pois o início do período seco acarretou redução do volume de chuvas, que foram menores do que as projeções consideradas. Isto acarreta redução do nível dos reservatórios hidráulicos e conseqüentemente a necessidade da geração de usinas termelétricas. A bandeira amarela se manteve também para o mês de junho de 2026.

As bandeiras tarifárias que vigoraram nos anos de 2025 e 2026, reflexo das condições hidrológicas, estão demonstradas a seguir:

	2025	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		58,60	58,60	264,69	208,03	241,89	310,35	228,45	310,30	315,54	297,32	333,39	304,02
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													
	2026	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Bandeira Tarifária													
PLD gatilho - R\$/MWh		183,05	354,65	427,08	258,01	237,58	222,92						
PLD Gatilho: Referência de PLD médio mensal para o partamar da Bandeira Tarifária, definido pela CCEE													

Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 17 de dezembro de 2024, o Despacho n.º 3.625 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2025. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.542,23/MWh e o valor mínimo em R\$ 58,60/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, o Despacho n.º 3.850 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2026. O PLD máximo foi fixado em R\$ 1.611,04/MWh e o valor mínimo em R\$ 57,31/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de janeiro de 2026 com término previsto para 31 de dezembro de 2026.

ANEXO 1

	2T26	2T25	Var. %	6M26	6M25	Var. %
Receita Operacional Bruta	3.733.838	3.297.310	13,2%	7.634.557	6.738.655	13,3%
Fornecimento de Energia - Mercado Cativo e Livre	2.965.164	2.549.247	16,3%	5.893.858	5.511.778	6,9%
CVA	48.129	194.164	-75,2%	386.499	141.357	>100,0%
Receita de Construção	492.347	388.421	26,8%	918.527	729.917	25,8%
Outras Receitas	228.198	165.478	37,9%	435.673	355.603	22,5%
Deduções da Receita Operacional	(1.217.250)	(1.037.973)	17,3%	(2.450.472)	(2.171.602)	12,8%
Receita Operacional Líquida	2.516.588	2.259.337	11,4%	5.184.085	4.567.053	13,5%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(1.203.679)	(1.125.755)	6,9%	(2.514.800)	(2.239.736)	12,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(822.634)	(837.074)	-1,7%	(1.805.445)	(1.631.967)	10,6%
Encargos do Uso do Sistema de Transmissão	(381.045)	(288.681)	32,0%	(709.355)	(607.769)	16,7%
Custo/Despesa Operacional	(1.085.419)	(1.051.529)	3,2%	(2.110.638)	(1.970.009)	7,1%
Pessoal	(82.732)	(57.707)	43,4%	(178.127)	(116.656)	52,7%
Material	(17.966)	(12.008)	49,6%	(23.067)	(17.683)	30,4%
Serviços de terceiros	(166.366)	(189.711)		(380.786)	(352.837)	
Depreciação e amortização	(171.099)	(246.520)	-30,6%	(341.749)	(455.563)	-25,0%
Provisões	(57.219)	(84.769)	-32,5%	(65.719)	(156.037)	-57,9%
Custo de construção	(492.347)	(388.421)	26,8%	(918.527)	(729.917)	25,8%
Outros	(81.668)	(35.193)	>100,0%	(179.927)	(85.609)	>100,0%
Outras receitas/despesas operacionais	(16.022)	(37.200)	-56,9%	(22.736)	(55.707)	-59,2%
EBITDA	398.589	328.573	21,31%	900.396	812.871	10,77%
EBIT	227.490	82.053	>100,0%	558.647	357.307	56,3%
Resultado Financeiro	(345.018)	(206.890)	66,8%	(534.972)	(438.752)	21,9%
Receita Financeira	48.818	34.881	40,0%	214.855	94.236	>100,0%
Despesa Financeira	(394.479)	(239.191)	64,9%	(750.551)	(530.278)	41,5%
Variações Cambiais	643	(2.580)	<-100,0%	724	(2.710)	<-100,0%
Resultado antes dos impostos	(117.528)	(124.837)	-5,9%	23.675	(81.445)	<-100,0%
IR/CS	56.202	57.471	-2,2%	24.634	63.884	-61,4%
Lucro/Prejuízo Líquido	(61.326)	(67.366)	-9,0%	48.309	(17.561)	<-100,0%